

A EDUCAÇÃO DOS SURDOS DE TELÊMAMO BORBA NA ESCOLA PAROQUIAL PERPÉTUO SOCORRO (1987-2012) E NO COLÉGIO ESTADUAL WOLFF KLABIN (2013-2015): UMA ANÁLISE COMPARATIVA

LA EDUCACIÓN DE LOS SORDOS EN TELÊMAMO BORBA EN LA ESCUELA PAROQUIAL PERPÉTUO SOCORRO (1987-2012) Y EN EL COLEGIO ESTATAL WOLFF KLABIN (2013-2015): UN ANÁLISIS COMPARATIVO

Marcelo Rodrigues*

Natalie Mayara Pratka**

Francieli Lunelli Santos***

RESUMO

O presente estudo aborda aspectos da educação de surdos por uma análise comparativa das seguintes instituições: Escola Paroquial Perpétuo Socorro (1987-2012) e Colégio Estadual Wolff Klabin (2013-2015) de Telêmaco Borba/Paraná. A análise enfatiza comparações dos métodos educacionais utilizados nos referidos estabelecimentos em datas e contextos diferenciados, apontando ainda para o pioneirismo da Escola Paroquial Perpétuo Socorro na área da surdez. A construção da pesquisa fundamenta-se em referenciais teóricos sobre a Deficiência, a Surdez e a História Comparada, sob a interpretação de dados dos documentos oficiais e depoimentos dos entrevistados dispostos longo do texto. Registra-se a trajetória e caminhos que compõe a educação dos surdos em Telêmaco Borba, evidenciando os discursos ouvintistas, os modelos médico e social sobre as deficiências e como este universo é narrado pela sociedade. Os reflexos das lutas dos movimentos surdos pelo país em busca do respeito às suas diferenças procuram romper com o conceito de surdez e deficiência auditiva como idênticos. A promulgação de Leis Federais que asseguram e reconhecem a Língua de Sinais são algumas marcas importantes desses movimentos, que repercutem e promovem o acesso às oportunidades aos sujeitos surdos telemacoborbenses.

Palavras-chave: Educação de Surdos; Oralismo; Língua de Sinais; Telêmaco Borba.

RESUMEN

Este estudio presenta aspectos educativos sordos en un análisis comparativo de las siguientes instituciones: Escuela Parroquial Perpétuo Socorro (1987-2012) y Colegio Estatal Wolff Klabin (2013-2015) de Telêmaco Borba/Paraná. El análisis hace comparaciones de los métodos educativos utilizados en estos dos establecimientos en fechas y en diferentes contextos, señalando también la pionera como Escuela Parroquial Perpétuo Socorro en la área de la sordez. La construcción de la investigación se basa en los marcos teóricos sobre la Discapacidad, la Sordez y la Historia Comparada, bajo la interpretación de los datos de los documentos oficiales y testimonios de los encuestados están dispuestos a lo largo del texto. Se

* Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: marcelo_tb2011@hotmail.com

** Graduada em Licenciatura em História Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) natypraka@hotmail.com

*** Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas. Historiadora. E-mail: francieli.lunelli@gmail.com

registra a la ruta y caminos que componen la educación de los sordos en Telêmaco Borba, señalando los discursos ouvintistas, los modelos médico y social de la discapacidad y cómo este universo es narrado por la sociedad. Las reflexiones de las luchas de los sordos se mueve el país en busca de respeto a sus diferencias tratan de romper con el concepto de la sordera y las deficiencias auditivas como idénticos. La promulgación de Leyes Federales que garantizan y reconocen la Lengua de Señas son algunas marcas importantes de estos movimientos que promueven el impacto y el acceso a oportunidades para sujetos sordos telemacoborbenses.

Palabras-clave: Educación de los Sordos; Oralismo; Lengua de Señas; Telêmaco Borba.

1 INTRODUÇÃO

A educação de surdos em Telêmaco Borba, Paraná, foi iniciada em 1986 com 22 alunos atendidos na Escola Paroquial Perpétuo Socorro. A normativa que autorizou a instituição a ofertar um ensino diferenciado para esses alunos ocorreu em 1987. Na época, a escola era um estabelecimento de ensino privado, mantida pela Congregação Missionária do Santíssimo Redentor.

A instituição foi pioneira na cidade a realizar o ensino voltado para surdos. Tal conduta é o estopim dessa pesquisa, ou seja, é o que mobiliza os pesquisadores a identificar os fatores que motivaram e conduziram as irmãs a introduzirem, num estabelecimento particular, o ensino gratuito às crianças surdas de Telêmaco Borba. Além disso, compreender as razões que levaram a transferência dessa função para a Rede Estadual de Ensino.

A proposta da pesquisa foi analisar o pioneirismo da escola na educação dos surdos de Telêmaco Borba, assim as investigações tem recorte temporal a partir de 1987. As análises foram averiguadas a partir de documentos das instituições em questão referente ao período abordado e à transferência desse trabalho ao Colégio Estadual Wolff Klabin no ano de 2013.

As informações manuseadas na construção da pesquisa são fruto de documentos oficiais de regulamentação da Escola Paroquial sobre a educação dos surdos, esses documentos são: Resolução nº 4.478/87 que autorizou a criação de Classes Especiais para Deficientes Auditivos, Resolução nº 4.617/87 que autorizou o funcionamento do Centro de Atendimento Especializado na Área da Surdez (CAES), e a Resolução nº 4.946/92 que oficializou a fusão das Classes Especiais para Deficientes Auditivos, porém

“é necessário considerar que o documento sempre é portador de um discurso, uma construção, e não pode ser visto como algo que reproduz fielmente a realidade” (SANTOS, et al. 2011, p. 73). Assim a análise ocorreu através da comparação do conteúdo contido nos documentos oficiais com o discurso das fontes orais, descrevendo outras visões de um mesmo processo vivido por diferentes sujeitos.

As fontes orais da pesquisa foram obtidas através de entrevistas com Vanda Romanowski do Nascimento, ex-coordenadora das classes especiais da Escola Paroquial e, Marily Aparecida Ferreira, ex-aluna, ex-professora da mesma instituição e atual docente da Sala de Recursos da Surdez do Colégio Estadual Wolff Klabin. Tais depoimentos cedidos por estas entrevistadas foram primordiais para o desenvolvimento do trabalho.

A metodologia desse estudo está fundamentada na análise e interpretação de dados obtidos nos documentos oficiais, nas resoluções das instituições e nos depoimentos dos entrevistados, articulando com os referenciais teóricos alicerçados nos autores comparatistas José D’Assunção Barros e Marcel Detienne que atuam sobre as vertentes da História Comparada que possibilita comparar eventos semelhantes, porém com realidades históricas diferenciadas, relacionando-se com a temática desse estudo que analisa a educação de surdos em temporalidades diferentes, porém com interação entre os fatos. Para Barros comparar é:

[...] recolocar em uma adequada relação complexa dois ou mais recortes espaçotemporais, diversas realidades históricas a serem examinadas, ou vários personagens e agentes históricos diferenciados que, ao mesmo tempo em que precisam ser apresentados nos seus próprios termos, não podem em absoluto ser separados das relações que os situam uns em

relação aos outros e todos em relação ao ambiente e contexto histórico que os une (BARROS, 2014, p. 163).

O aporte teórico que fundamenta esse estudo versa sobre a temática da Deficiência (DINIZ, 2007; e PESSOTTI 1984), da Surdez (LONGMAN, 2007; MACHADO, 2011; e SÁ, 2006) e da História Comparada (BARROS, 2014; e DETIENNE, 2004).

Por meio da análise das fontes documentais e orais da Escola Paroquial e do Colégio Estadual Wolff Klabin sob os preceitos da História Comparada e suas possibilidades intentou-se capturar e compreender as diversas interconexões que se estendem sobre dois eventos semelhantes com temporalidade e espaço subsequentes cronologicamente e relevantes para historiografia.

2 AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO PERCORRER DA HISTÓRIA

Diversos autores, como Diniz (2007) e Pessotti (1984) abordam o tratamento desumano dispensado às pessoas com deficiências, no percurso histórico da Humanidade. Existem relatos que algumas culturas exterminavam os sujeitos que nasciam com alguma anomalia, segregando-os do convívio social, postos às margens da sociedade.

Na Idade Contemporânea, por volta do final do século XIX e início do século XX, surge o modelo biomédico e a deficiência torna-se objeto de estudos científicos, identificada como doença que necessitava de cuidados médicos e reabilitação.

O saber médico sobre a deficiência começa a ser produzido [...] os deficientes poderiam ser treinados e tinham direito a educação. Não era mais possível negar a responsabilidade social e política em relação a esse grupo de pessoas. No entanto, ainda não se fala sobre a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade ou na escola junto com outras crianças. Para solucionar o problema: a opção intermediária é a segregação: não se pune nem se abandona o deficiente, mas também não se sobrecarrega o governo e a família com sua incômoda presença (PESSOTTI, 1984, p. 24).

Em meados da década de 1960 desenvolveu-se modelo social de deficiência, através de movimentos sociais, e em oposição ao modelo biomédico, pois:

O modelo biomédico traduz a deficiência como uma tragédia pessoal, transformando o corpo com impedimentos em um objeto de intervenção e normalização. Para os médicos peritos desta pesquisa, a deficiência é resultado dos impedimentos do corpo. As pessoas deficientes possuiriam uma desvantagem natural em relação às pessoas não deficientes por causa de suas deformidades e limitações de funcionalidade e/ou estrutura (DINIZ *et al.*, 2010, p. 50).

Em contrapartida, o modelo social visava à inserção dos sujeitos deficientes no convívio social, com a finalidade de construir uma sociedade inclusiva.

O modelo social define a deficiência como uma opressão ao corpo, não como uma desigualdade natural ou inerente aos impedimentos corporais [...] compreende a deficiência como resultado da interação entre um corpo com impedimentos e um ambiente hostil à diversidade corporal (DINIZ *et al.*, 2010, p. 50).

Como afirma Diniz *et al.* (2010), tanto a medicina quanto os movimentos sociais desejavam defender o entendimento de que a pessoa com deficiência é um indivíduo com qualidades e aptidões necessárias para desenvolver atividades em sociedade de forma qualificada e satisfatória.

Partindo desse referencial, a presente pesquisa abordará os enfoques dados à surdez, ao sujeito, a cultura, a identidade e a educação de surdos.

Durante muito tempo e mesmo ainda no século XX, segundo Diniz (2007, p. 8) “ao invés de internados para tratamento ou reabilitação, os deficientes estavam encarcerados; a experiência da deficiência não era resultado de suas lesões, mas do ambiente social hostil à diversidade física”. Diniz questiona a noção de que as pessoas com deficiências eram concebidas como seres incapazes de viver socialmente. Nesse contexto, entende-se que os surdos foram privados dos direitos de cidadãos por não se comunicarem oralmente, ficaram excluídos da cultura e da sociedade ouvinte, e não possuíram, por vários anos, a liberdade em utilizar suas mãos como meio de comunicação. Esse direito lhes foi negado por quase um século pela classe ouvinte.

Em síntese, a história dos surdos, contada pelos não surdos, é mais ou menos assim: primeiramente os surdos foram “descobertos” pelos ouvintes, depois eles foram isolados da sociedade para serem “educados” e afinal conseguirem ser como os ouvintes;

quando não mais se pôde isolá-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersá-los, para que não criassem guetos (SÁ, 2006, p. 3).

Destarte, como diversas outras deficiências, a surdez passou pelo modelo biomédico e foi descrita como uma doença relacionada a uma anomalia orgânica, que necessitava de medicação e tratamento. Desse modo, foram desenvolvidos instrumentos, técnicas e métodos com o intuito de transformar o sujeito surdo o mais próximo de possível de um indivíduo ouvinte.

Em 1880 ocorreu um congresso em Milão na Itália, durante dias um comitê formado por ouvintes decidiu pelo fim do ensino de Língua de Sinais na educação de surdos, sob a justificativa de que os sinais atrapalhavam o desenvolvimento da fala desses sujeitos.

Com a oficialização das deliberações desse congresso em poucos anos a metodologia oralista havia se espalhado por vários continentes, sobretudo na Europa. A Língua de Sinais foi banida das instituições educacionais que estavam fadadas ao ensino da fala, ou seja, o oralismo.

O oralismo tinha como preceito ensinar a criança surda através da língua oral, desenvolvendo a fala e integrando-a na comunidade ouvinte. Segundo Machado (2011, p. 23) “o oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada através da estimulação auditiva”.

Desde a oficialização do oralismo pelo Congresso de Milão em 1880, a qualidade na aprendizagem dos surdos ao redor do mundo diminuiu drasticamente, com índices inferiores ao estipulado pelos adeptos do oralismo. Muitos jovens surdos concluíam seus estudos despreparados, semianalfabetos, pois a falta da Língua de Sinais, fez com que os surdos regressassem suas potencialidades nos aspectos de aprendizagem e desenvolvimento do pensamento.

Em 1971, no Congresso Mundial de Surdos, em Paris, a Língua de Sinais foi autorizada novamente no ensino de surdos. Machado (2011, p. 22) corrobora que “os surdos, durante 100 anos foram proibidos de usar as línguas de sinais em suas práticas educativas”, ou seja, esse período de predominância do oralismo torna ostensivo o fracasso na educação desses sujeitos.

3 O SUJEITO SURDO E A DEFICIÊNCIA AUDITIVA

O termo surdez é diferente de deficiência auditiva na medida em que, os deficientes auditivos com o auxílio de aparelhos auditivos, conseguem ouvir e desenvolver a fala. Já os surdos não desenvolvem a fala, pois são acometidos pela surdez profunda e para desenvolver o processo da fala é necessário ouvir. Ou seja, para comunicarem-se eles dependem da Língua de Sinais.

A invenção do “normóide”, fruto da ideologia dominante do normal, gerada historicamente na conjugação das classificações médicas biológicas, das práticas clínicas homogeneizadoras e das políticas públicas da discriminação, é hoje negada e encoberta nos discursos liberais da diversidade e da inclusão social como política, reafirma-se a ideologia do normal e não é feita nenhuma ruptura epistemológica, pois o outro continua sendo definido como deficiente e continua sendo narrado no discurso da falta, da anormalidade (LONGMAN, 2007, p. 28).

Ainda pautado no modelo médico, a noção de surdez passou por mudanças, sendo classificada em leve, moderada e profunda, dependendo do grau de audição que o sujeito possui.

Não utilizo a expressão deficiente auditivo como o objetivo de ressituar o conceito da surdez, visto que esta expressão é utilizada, com preferência, no contexto médico-clínico; utilizo o termo “surdo”, pois está mais afeito ao marco sociocultural da surdez. Assim, enfatizo a diferença, e não a deficiência (SÁ, 2006, p. 65).

Nessa perspectiva, os surdos não se definem como deficientes auditivos, mas sim como um grupo culturalmente organizado, que se identifica com a Língua de Sinais e a comunidade surda.

Sob o viés da História Comparada e com base no comparativismo das fontes primárias, foi analisada a educação proposta aos surdos na Escola Paroquial e no Colégio Estadual Wolff Klabin. Sobre o comparativismo Detienne discorre:

Sendo assim, o historiador ao utilizar o comparativismo deve procurar as formas que determinada história pode oferecer, não se limitando a uma ideia fixa de construção, deve entender que são múltiplas as formas de utilização da história e a sua aplicação na construção de uma pesquisa história, o historiador

não deve se amarrar em somente uma vertente da história (DETIENNE, 2004, p. 53).

A explicação de Detienne vem ao encontro do objeto de estudo dessa pesquisa, uma vez que, a História Comparada permite comparar períodos diferentes e consecutivos no tempo e no espaço, porém com características análogas em ambos os fatos.

A metodologia da História Comparada é adequada para o desenvolvimento desse estudo, no sentido de que, as análises dos fatos ocorrem em períodos diferentes e consecutivos, e em estabelecimentos distintos, pois de 1987 a 2012 as pesquisas ocorrem sob os estudos dos documentos dispostos na Escola Paroquial Perpétuo Socorro, e no período de 2013 a 2015 são averiguados documentos do Colégio Estadual Wolff Klabin, ambos os estabelecimentos se complementam com relação ao desenvolvimento da educação dos surdos em Telêmaco Borba, porém com abordagens totalmente diferentes no que diz respeito ao contexto.

Para Detienne é necessário abrir espaço para o diálogo entre as diferentes culturas, pois essa inter-relação se torna um importante instrumento na construção das narrativas históricas. Segundo o autor, o trabalho do historiador em comparar algo histórico é uma tarefa extremamente difícil, pois a História não é construída em parâmetros de comparação.

4 CULTURA E IDENTIDADE SURDA

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) originou-se da Língua de Sinais Francesa é trazida ao Brasil pelo professor surdo Ernest Huet, que fundou em 1857 no Rio de Janeiro o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Em Telêmaco Borba, a educação de surdos começou a ser refletida a partir de 1987, com as irmãs da Escola Paroquial, porém com a metodologia oralista. Somente em 1994 começou a ser inserida a Língua de Sinais na metodologia de ensino da instituição.

A ausência da audição faz com que os surdos recorram a outros caminhos para desenvolver suas necessidades linguísticas, ou seja, a Língua de Sinais, que oferece a eles a oportunidade de expressar-se e desenvolver seu potencial plenamente, de forma que a língua oral não permite.

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (MACHADO, 2011, p. 41).

Como corrobora Machado, apesar dos avanços na educação de surdos, a escola ainda é um espaço voltado para alunos que ouvem, enxergam e andam. Até 1994 a Escola Paroquial desenvolvia uma metodologia de ensino oralista, visando tornar os surdos semelhantes aos ouvintes.

No caso dos surdos para a aprendizagem em Língua de Sinais existem obstáculos de concretização, pois a Libras é uma língua usada por uma minoria linguística e a língua oral é usada pela maioria da sociedade, que é ouvinte.

A comunidade surda dedica-se na construção de uma sociedade em que surdos e ouvintes, estando num ambiente culturalmente diverso, possam interagir mutuamente, permitindo dessa forma a socialização, comunicação e inclusão.

Aprender Libras, é entrar no mundo das imagens, da interpretação, da tradução, da leitura e da vivência com o corpo, cujos significados é compreender o outro. O outro de nós, cuja trajetória vivenciamos um mundo oral auditivo, sonoro. E colocar-se na relação com o outro surdo, na sua singularidade e amplitude de possibilidades (MACHADO, 2011, p. 85).

Desse modo, é possível amenizar as barreiras e dificuldades no que diz respeito à comunicação entre surdos e ouvintes, para isso é necessário refletir que acima da surdez está o indivíduo, pessoa como qualquer outra, com direitos e deveres iguais.

O ouvinte, ao frequentar a comunidade surda, desenvolve domínio da Libras e possibilita ao surdo interagir e expor suas ideias no mundo dos ouvintes, proporcionando a abertura da Língua de Sinais, de sua identidade, de sua cultura, fortalecendo a Libras diante da sociedade na qual está inserida.

Uma identidade, de alguma maneira, constrói-se contra o pano de fundo de outras, e ao historiador da cultura cabe recuperar também esse contraste. [...], o historiador precisa estar sempre atento aos riscos que rondam a leitura de uma cultura por outra, ou de um estrato cultural por outro (BARROS, 2014, p. 67).

Para garantir o respeito de sua cultura, identidade e fortalecer as associações e comunidades surdas, os sujeitos inaudíveis travaram os movimentos que foram indispensáveis para romper a condição de dominados (surdos) e dominantes (ouvintes) conquistando uma educação partindo de um contexto cultural e linguístico específico, de acordo com Sá (2006, p. 44) “a tendência é a de pensar o sujeito em sua individualidade e subjetividade, inserido em seu contexto: enfatiza-se o gênero, a língua, a cultura pessoal, enfim: a diferença”.

Os movimentos surdos possibilitaram a esses sujeitos direitos elementares para a sobrevivência e o desenvolvimento como cidadãos no mundo, libertando-se da submissão aos ouvintes.

Portanto, partindo dessas reflexões, a pesquisa tem como ponto de partida o questionamento por que a Escola Paroquial foi pioneira na cidade a dedicar-se ao ensino aprendizagem dos alunos surdos e o que mudou com a transferência desse trabalho para o Estado?

5 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NA ESCOLA PAROQUIAL

Anteriormente ao atendimento dos alunos surdos na Escola Paroquial, eram acolhidos pela APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), conviviam com outros estudantes acometidos com as mais diversas deficiências.

A mudança da APAE para a Escola Paroquial Perpétuo Socorro, segundo o relato da ex-coordenadora das classes especiais de alunos surdos Vanda Romanowski do Nascimento, ocorreu devido à estrutura física da APAE, pois a falta de espaço no estabelecimento inviabilizava separar os alunos por áreas de deficiências. Então a Irmã Catarina, diretora da Escola Paroquial Perpétuo Socorro na época cedeu o espaço na escola para o atendimento dos alunos surdos.

Em 1986, os 22 alunos surdos da APAE foram transferidos para a Escola Paroquial Perpétuo Socorro. Paulatinamente no decorrer dos anos o contingente de estudantes foi aumentando e chegou a 50 alunos no ano de 1994.

Segundo o que consta no Histórico do Centro de Atendimento aos Deficientes Auditivos¹, com o

crescente número de alunos surdos na instituição a Irmã Catarina verificou a necessidade de abrir sete turmas, sendo quatro delas atendidas no período matutino e três no período vespertino.

Após a visita de uma comissão da Secretaria Estadual de Educação (SEED) de Curitiba a nomenclatura recebida da APAE de Classe Especial dos Deficientes Auditivos, tornou-se Centro de Atendimento Especializado aos Deficientes Auditivos, pela Resolução nº 4.478/87 datado de 20/11/1987 publicado no Diário Oficial em 27/11/1987, tendo como mantenedora a Congregação Missionária do Santíssimo Redentor.

6 A METODOLOGIA ORALISTA NA ESCOLA PAROQUIAL

O Centro de Atendimento aos Deficientes Auditivos teve seu funcionamento autorizado pela Resolução nº 4.478/87. De 1987 a 1994 a proposta de ensino aprendizagem voltado aos alunos surdos foi pautada na metodologia verbo-tonal².

Essa metodologia pretendia, segundo os relatos de Vanda, oportunizar ao aluno surdo a comunicação oral, chegar o mais próximo possível da normalidade, ou seja, do ouvintismo, em que o surdo estava fadado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte.

O sujeito surdo para ser respeitado e aceito na sociedade precisa ter fala, ser reabilitado, corrigido, usar aparelho auditivo, ser implantado, para ser normalizado, ou seja, tornar-se igual a outro ouvinte. Esta prática de homogeneização é chamada [...] de ouvintismo (MACHADO, 2011, p. 15).

Na época a instituição usava a metodologia oralista insistindo no desenvolvimento da fala dos alunos surdos, alimentando a perspectiva de inclusão do surdo na sociedade através da oralidade, tendo como pressuposto a capacidade de emissão de sons por parte do sujeito surdo, de acordo com Sá (2006, p. 310) “esta é uma das manifestações mais flagrantes do olhar obrigatório do ouvintismo”.

Além de Vanda Romanowski do Nascimento, para a construção desse trabalho, também foi realizada

¹ Documento da Escola Paroquial Perpétuo Socorro que descreve o aumento de crianças surdas em Telêmaco Borba de 1986 a 1994.

² Criado na década de 1950, pelo iugoslavo linguista Peter Guberina, o Método Verbo-tonal consistia em ensinar crianças surdas a falar, independentemente do grau de surdez, a partir da estimulação auditiva objetivando criar condições para que a expressão oral aconteça através da fala mais natural possível.

uma entrevista com Marily Aparecida Ferreira (surda) ex-aluna e ex-professora da Escola Paroquial³.

Marily, durante sua infância, realizou seus estudos na Escola Paroquial. Seu ensino aprendizagem foi pautado no método oralista. Ao concluir seus estudos e formar-se em Pedagogia e retornou a instituição como professora.

Sobre seu processo de ensino aprendizagem a entrevistada relata que a metodologia vivenciada na Escola Paroquial para ela foi difícil, pois a época que ela frequentou a instituição o processo de ensino aprendizagem seguia o oralismo puro, os alunos eram obrigados a falar, as professoras ministravam suas aulas impondo aos surdos que escondesse os braços evitando que eles esboçassem qualquer gesto com as mãos, eram obrigados a emitirem sons e oralizar o que estava escrito no quadro negro. Sobre esse aspecto Sá discorre:

Antes se tentou isolar os surdos em asilos, mas isso teve um resultado inesperado. Então, a nova estratégia para produzir surdos aceitáveis foi o seu isolamento uns dos outros pela obrigatoriedade da língua oral (SÁ, 2006, p.74).

A explicação de Sá sobre a institucionalização dos surdos vem ao encontro com os relatos da ex-aluna, pois segundo a mesma, foram longos anos sem intérpretes de Libras, sem a própria Língua de Sinais. Além disso, ela ressalta que a falta de diversificação nas metodologias, talvez ocorresse pelo fato de não existir tecnologias suficientes e, por isso, naquele período o que se imaginava ideal aos sujeitos surdos era a imposição da oralidade, e naquele momento considerava-se que era o melhor que as irmãs da escola tinham a oferecer para esses sujeitos, que até então nem eram percebidos na sociedade, simplesmente eram postos em ambientes com pessoas com todo o tipo de deficiências, como as APAEs. Longman explica esse tratamento dado aos surdos.

Ainda hoje, os definidos como portadores de deficiência auditiva, visual, física, mental são inscritos num único grupo social, num único discurso político, numa única ideologia, os quais se materializam ao ser subjetivado através do estereótipo da “universalidade” deficiência, como se existisse uma

identidade universal deficiente (LONGMAN, 2007, p. 27).

Como professora da instituição, Marily fez parte de um grupo de docentes e alunos que iniciaram em Telêmaco Borba o processo de introdução da Libras no ensino dos alunos surdos da Escola Paroquial. Ela e outras docentes viajavam regularmente a Curitiba realizando cursos de aperfeiçoamento, visando aprender e ensinar a Libras.

Enquanto professora, Marily compreende que a Língua de Sinais é primordial para a eficácia do ensino aprendizagem do aluno surdo, em relação ao método oralista, ela não julga como um modelo incoerente, mas como um recurso encontrado pelas docentes com intenções de incluir os surdos na sociedade e ambos os modelos educacionais são válidos.

A partir de 1994, as lutas da comunidade surda pelo reconhecimento da Língua de Sinais no território brasileiro fizeram com que a diretora da Escola Paroquial Perpétuo Socorro, refletisse sobre a inadequação da metodologia utilizada no ensino aprendizagem dos alunos surdos daquela instituição.

Segundo o que consta em Ata elaborada pela instituição:

Durante anos o grande problema foi o treinamento das professoras na especialidade da D. A. (Deficiência Auditiva). As professoras fizeram cursos emergenciais dados pela Secretaria de Educação na área da D. A. no ano de 1994 (Ata de 10 de Maio de 1994. Livro 50, p. 08).

A realização de cursos proporcionou às professoras o conhecimento da Libras, apesar de um aprendizado extremamente difícil, o descobrimento de uma nova língua, desconhecida por todos.

Aos poucos o corpo docente foi adquirindo conhecimentos da Libras. Segundo os relatos os cursos em Curitiba foram proveitosos, pois as docentes puderam desenvolver com os alunos a alfabetização por meio da Língua de Sinais.

As professoras da Escola Paroquial Perpétuo Socorro deslocavam-se uma vez por mês para Curitiba, ficavam hospedadas em hotéis próximos a FENEIS/PR (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos do Paraná), local em que os cursos ocorriam de segunda a sexta-feira das 08h00min às 18h00min, na última semana de cada mês. Os ministrantes

³Um dos autores desta pesquisa é o intérprete de Libras Marcelo Rodrigues que mediou a entrevista nessa modalidade com a depoente supracitada.

abordavam temas sobre os fundamentos históricos da educação de surdos, treinamento e prática da Libras.

Os deslocamentos das professoras para Curitiba eram custeados pela Congregação Missionária do Santíssimo Redentor, mantenedora da instituição. Os gastos com ministrantes, cursos e hospedagem eram liquidados pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná.

As docentes não recebiam bolsas em dinheiro para gastos em Curitiba, pois no pacote de hospedagem estavam inclusos café da manhã, almoço e jantar, as despesas extras eram salgadas pelas professoras.

De acordo com as informações das fontes analisadas levou alguns anos para que as docentes da área da surdez compreendessem a Libras como uma metodologia totalmente eficaz e própria da comunidade surda. Com o passar do tempo, os estudantes surdos da instituição iniciavam seus estudos concentrados numa nova metodologia de ensino, ou seja, a Língua de Sinais, o que torna a Escola Paroquial Perpétuo Socorro pioneira na educação de surdos em Telêmaco Borba.

De acordo com a ex-coordenadora, as professoras estavam intrinsecamente ligadas ao método verbo-tonal. Houve momentos em que elas uniam a oralidade com a Língua de Sinais, construindo assim uma espécie de português sinalizado, ou uma maneira de comunicação total, em que tanto alunos como professores usavam gestos, sinais, fala e oralidade visando o ensino aprendizagem.

Esse período de aprendizagem da Libras foi um advento de extrema importância para a comunidade surda, pois o uso dos sinais, possibilitou a esses sujeitos a formação de associações para vivenciarem trocas de experiências, lazer, esporte e, principalmente, o fortalecimento da cultura e identidade dos surdos.

A cultura surda refere-se aos códigos próprios dos surdos, suas formas de organização, de solidariedade, de linguagem, de juízos de valor, de arte, etc. Os surdos envolvidos com a cultura surda, auto-referenciam-se como participantes da cultura surda, mesmo não tendo eles características que sejam marcadores de raça ou de nação (SÁ, 2006, p.7).

A cultura surda é fortemente marcada pelo convívio comunitário dos surdos, pois ela abrange as crenças, costumes, hábitos, ideias, e principalmente a língua dos sujeitos surdos, possibilitando

a compreensão da sociedade visando torná-la mais acessível as suas percepções visuais.

A convivência entre os surdos corrobora para a formação de sua identidade, subjetividade e conhecimento de mundo. É por meio das associações e movimentos surdos que os esforços para derrubar essas barreiras acontecem.

Na comunidade surda dá-se o fortalecimento da identidade e da Língua de Sinais. Os deficientes auditivos não pertencem à comunidade surda, pois não usam a Libras como meio de comunicação e não participam de associações e movimentos surdos, e, para o sujeito surdo, a surdez e Libras estão intrínsecas na sua identidade social, fazendo com que os próprios não se reconheçam como deficientes auditivos. Sobre a identidade surda, Machado corrobora:

Os surdos nas suas relações sociais, com seus pares surdos, constroem sua identidade cultural, com o outro que fala a mesma língua, constituindo características próprias desta comunidade. Assim, rompe-se com a ideia do corpo doente, da orelha “estragada”, da falta, assume-se a representação da possibilidade, da autoria, das suas “vozes”, que de outra forma reprimida pela maioria ouvinte, que lhes viam como “problemas” a serem corrigidos (MACHADO, 2011, p. 15).

Sendo que, a comunicação e a linguagem são vitais para a construção da identidade de uma pessoa. Os surdos mais velhos que receberam a educação por meio do método verbo-tonal, e haviam concluído seus estudos foram convidados pela Irmã Catarina a retornarem a Escola para aprenderem a Língua de Sinais. A instituição preparou algumas oficinas no período da noite para os ex-alunos, pois durante o dia, a maioria trabalhava em alguma área do comércio ou indústria. Muitos surdos aceitaram o convite para aprender a Libras. A responsável por mediar a Libras aos surdos era a professora Marily.

Para Vanda, a Libras oportunizou ao surdo uma grande liberdade, pois, por meio de sua própria linguagem ele estava apto a comunicar e conquistar o seu espaço em sociedade. Mas apesar de grandes avanços, há um longo caminho a percorrer, de acordo com a ex-coordenadora. Há muitos obstáculos a serem enfrentados para ocorrer uma inclusão verdadeira, no sentido de que a Lei Federal 12.319/2010 garante a obrigatoriedade do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) nos ambientes escolares, mas existem

poucos profissionais capacitados, que não suprem a demanda. Além disso, o ouvinte não compreende e não consegue comunicar-se com o surdo por meio da Libras, ou seja, o surdo é uma pequena parcela que depende de poucos ouvintes que dominam a Libras para que possam impor-se diante da sociedade.

7 A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO COLÉGIO ESTADUAL WOLFF KLABIN

A Escola Paroquial Perpétuo Socorro fundada em 1965, administrada pelas Irmãs da Congregação Missionária do Santíssimo Redentor, no ano de 2010 deixou de ser um estabelecimento de ensino privado e tornou-se uma instituição pública de ensino sob a responsabilidade da Rede Municipal de Ensino de Telêmaco Borba, com a nova administração a instituição recebeu o nome de Escola Municipal Mãe do Perpétuo Socorro.

Com a transição para a Rede Municipal de Ensino o quadro de professores da antiga Escola Paroquial foi substituído por professores concursados da Rede Municipal. Com isso, as docentes da área da surdez que trabalhavam com os alunos surdos foram dispensadas de suas funções. A Rede Municipal não possuía professores especializados para atuar na educação de surdos, então a Secretaria Municipal de Educação entrou em contato com o Núcleo Regional de Educação de Telêmaco Borba para transferir os alunos surdos para a Rede Estadual de Ensino.

Segundo os relatos de Vanda, os surdos que estudavam na Escola Paroquial, no período de transição para a Rede Estadual de Ensino, não foram comunicados sobre as mudanças. O processo de transferência ocorreu em 2011, sem nenhuma consulta a esses estudantes.

O fato é que historicamente na educação de surdos sempre os ouvintes é que tomaram, determinaram, impuseram as decisões sobre o processo educacional, causando-lhes marcas culturais, muitas vezes negativas (MACHADO, 2011, p. 21).

Em 2011 ocorreu o remanejamento dos alunos surdos para o Estado, porém somente em 2013 foi oficializado, através da Resolução nº 3.636/2013, o funcionamento do Centro de Atendimento Especializado na Área da Surdez (CAES) no Colégio Estadual Wolff Klabin.

Na Rede Estadual de Ensino o trabalho com os alunos surdos passou por reestruturações, desde as metodologias aos professores, inclusive pela alteração de nomenclatura de CAES para Sala de Recursos Multifuncional Área da Surdez (SRM-S). Sob a Resolução nº 2.308/2014 passaram a atender gratuitamente estudantes da Rede Municipal e Estadual de Ensino no contra turno, ofertando uma educação bilíngue (Libras e Língua Portuguesa) para alunos surdos matriculados na rede pública de Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e EJA.

No Colégio Estadual Wolff Klabin, o trabalho na Sala de Recursos Multifuncional Área da Surdez, tem como proposta um ensino bilíngue, ou seja, considerando a Língua Brasileira de Sinais como a primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa (na modalidade escrita) como segunda língua (L2) do surdo, assim a sala é composta por professores surdos e ouvintes, fluentes em Libras.

A professora Marily relata que na SRM-S é oferecido um atendimento educacional especializado aos alunos surdos com o ensino da escrita da Língua Portuguesa, interpretação de Libras, aulas de informática educativa, enriquecimento e aprofundando o repertório de conhecimentos, tendo em vista a autonomia dos alunos.

Os surdos politizados, pesquisadores, autores, profissionais do ensino superior, do Brasil e diversos países do mundo, comprovam que seu meio de comunicação pela experiência visual espacial, é o caminho linguístico de suas identidades culturais, por onde expressam suas ideias mais complexas sobre o mundo em que vivem (MACHADO, 2011, p. 15).

Compreendendo que o processo de ensino aprendizagem dos surdos ocorre pelo canal visual espacial, a professora Marily argumenta que as aulas, são preparadas de acordo com o estágio de desenvolvimento da Libras em que o aluno se encontra. São utilizados diversos recursos pedagógicos visuais como dicionários em Libras, textos visuais de todas as referências, revista e propagandas para a interpretação textual, materiais concretos para o raciocínio-lógico matemático.

Os planejamentos são elaborados de forma conjunta com o professor ouvinte. Os conteúdos que envolvem a Libras são realizados por ela, os momentos de interpretação textual e atividades relacionadas ao

vocabulário da Língua Portuguesa é ministrado pelo professor ouvinte.

De acordo com a professora Marily, o marco mais ponderoso na longa história do movimento surdo brasileiro é reconhecimento legal da Libras como primeira língua da comunidade surda. Nesse sentido, a lei foi elaborada visando fortalecer a cidadania e independência dessas pessoas.

Atualmente a comunidade surda brasileira conquistou diversos direitos, garantidos pela Lei nº 10.436/2002 que reconhece a Libras como língua oficial de comunicação da comunidade surda. Outro marco político do povo surdo foi a regulamentação da Lei de Libras pelo Decreto nº 5.626/2005 que assegura a Libras como disciplina obrigatória na grade curricular na formação de professores, prevê a formação de instrutores e intérpretes de Libras, implantando o curso superior de Letras/Libras na modalidade bacharelado para formação de TILS e licenciatura para formação de instrutores surdos.

Assim, o que a comunidade surda busca, não é que todos os ouvintes brasileiros saibam a Libras, como imposição legal; mas sim que ela seja o meio de comunicação livre para os surdos, que escolhem vivenciar sua identidade cultural linguística (MACHADO, 2011, p. 138).

A Lei de Libras foi fundamental para a inclusão dos sujeitos surdos em todos os ambientes sociais, desde a educação ao mercado de trabalho, garantindo qualidade de vida para si e para os seus e o direito de prover-se.

O Decreto nº 5.626/2005 corrobora para a proteção dos direitos dos sujeitos surdos exigindo que a inclusão realmente ocorra em todas as demandas, conferindo ao indivíduo surdo o direito ao intérprete de Libras em todos os segmentos sociais.

Esse mesmo decreto, além de assegurar o direito dos sujeitos surdos, torna obrigatória a formação do profissional da educação de surdos, através de capacitações de instrutores e intérpretes de Libras, promovendo especializações por meio de instituições federais para educadores que atuam com alunos surdos usuário da Libras, visando a profissionalização desses indivíduos.

Outra lei sancionada, que trouxe uma grande conquista a comunidade surda, é a Lei 12.319/2010, que regulamenta a profissão do Tradutor Intérprete de

Língua de Sinais. A regulamentação dos TILS garante a comunidade surda o direito de vivenciar as mesmas experiências que os ouvintes, por intermédio da interpretação e tradução da Língua Portuguesa (falada) para a Libras e vice-versa.

A Lei propõe a comunicação inclusiva do surdo no mercado de trabalho, na escola e na sociedade como um todo, com isso o TILS se torna considerável no momento de intermediar a comunicação. De acordo com Machado, os surdos:

Reivindicam, que nos diferentes espaços sociais, os cidadãos surdos tenham intérpretes para estabelecer suas relações sociais, bem como no processo educacional, adquirir os conhecimentos que lhes é de direito saber, em uma educação bilíngue (MACHADO, 2011, p. 138).

Com a regulamentação dessas leis, a comunidade surda brasileira passa por um processo de inclusão, oportunizando aos surdos vivenciarem novas experiências compartilhando com os ouvintes sua cultura na perspectiva de romper com as barreiras da comunicação.

Aos surdos de Telêmaco Borba, a criação dessas leis e decretos trouxeram muitos benefícios, tornando a educação mais democrática. Anteriormente o ensino era pautado no método verbo-tonal, complexo e exaustivo, contudo, com a criação de leis, a Língua de Sinais e a pessoa surda, ganham espaços, não somente no âmbito educacional, mas em todas as esferas.

Embora o pioneirismo da Escola Paroquial, no projeto de educação de surdos com o método verbo-tonal, tenha sido essencial para iniciar a inclusão desses sujeitos na sociedade telemacoborbense, havia uma lacuna, isto é, a consolidação da inclusão social dos surdos, sendo que, eles não possuíam visibilidade e nem postos de trabalho. Com implantação da Libras como língua oficial do surdo e a elaboração de leis inclusivas, que essas mudanças estão ocorrendo de forma paulatina.

A educação dos alunos surdos no Colégio Estadual Wolff Klabin acontece na Sala de Recursos Multifuncional Área da Surdez, diferentemente do modelo educacional utilizado na Escola Paroquial Perpétuo Socorro, o ensino aprendizagem desses sujeitos atualmente é mediado por uma perspectiva bilíngue tendo como a primeira língua a Libras.

De acordo com os depoimentos de Marily, a Libras proporciona um ensino aprendizagem permeado pelo diálogo, interação e trocas de experiências, levando os alunos a perceberem-se como membros de uma comunidade surda, donos de uma identidade cultural marcada por lutas promovidas pelos movimentos surdos na resistência contra as práticas ouvintistas.

Os sujeitos surdos da nova geração que participam da comunidade surda de Telêmaco Borba contemplam a surdez como fenômeno social e a partir dela lutam para assegurar e conquistar direitos na sociedade, garantindo a integração ao ambiente social, para Sá (2006, p. 73), de acordo com os princípios do modelo social de deficiência, esses sujeitos concebem a surdez como natural.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização desse estudo foi possível observar que o atendimento educacional ofertado aos alunos surdos em Telêmaco Borba foram decorrentes de vários processos. No princípio eram atendidos na APAE sem a preocupação em oferecer uma instrução adequada as suas necessidades. Com a transferência para Escola Paroquial foi elaborado um plano de ensino permeado pelo ouvintismo.

Por quase uma década os professores dessa instituição tiveram como intuito tornar o surdo um ouvinte, com os pressupostos de que a inclusão deles na sociedade só era possível através da oralidade. O propósito do estabelecimento era garantir aos surdos uma educação de qualidade seguindo os padrões da época.

A partir de 1994 surgem outras teorias educacionais, uma delas é a Língua de Sinais como método mais adequado para a educação dos surdos, engajada num ensino de qualidade aos surdos. A escola investiu na formação de professores, para oportunizar um conhecimento acessível ao aluno por meio de sua língua, a Libras.

A incorporação da Libras na instituição foi um desafio para todos, pois segundo Vanda, antes o objetivo da sociedade era fazer com que o surdo falasse, com a inserção da Libras as docentes tiveram que rever seus conceitos, didática e métodos de trabalho. Doravante o corpo docente necessitava adaptar-se a linguagem dos surdos debruçar-se em estudos e

pesquisas. Assim ocorreu o pioneirismo na educação dos surdos em Telêmaco Borba.

A transferência desse ensino ao Colégio Estadual Wolff Klabin foi subsidiada por novas metodologias, recursos pedagógicos e tecnológicos.

A educação dos surdos em Telêmaco Borba passou por instituições diferentes com funções semelhantes, porém em contextos, temporalidades e abordagens distintas, enquanto a Escola Paroquial Perpétuo Socorro de 1987 a 1994 proporcionou aos surdos uma educação oralista objetivando transformá-los em ouvintes, o Colégio Estadual Wolff Klabin a partir de 2013 com a introdução de novos métodos educacionais em Língua de Sinais busca promover a inclusão social do surdo, segundo Detienne (2004, p. 65), o papel do historiador diante desses fatos é de: “construir comparáveis, que decorrem de uma escolha inicial, uma escolha que temos a liberdade de apresentar ao olhar de outros, [...] que, no mais das vezes, não se conhecem entre si”.

No que tange a inclusão, a criação da Lei nº 13.146/2015 concede a pessoa com deficiência a liberdade na sociedade de forma igualitária exercendo os direitos conferidos a todos os cidadãos sem distinção. Com relação aos surdos a lei certifica o direito de comunicação por meio da Língua Brasileira de Sinais.

Nesse contexto, a educação de surdos pela experiência visual, por meio da Língua de Sinais é o ideal, pois os modelos oralistas levam a reprodução de uma ideologia dominante, ou seja, a superioridade de uma cultura (ouvinte) sobre os saberes de outra (surda), com relação a esse desfecho Detienne (2004, p. 67) aponta para a importância de “conhecer a pluralidade cultural respeitando as suas especificidades e a sua forma de compreensão de mundo”.

9 FONTES

DOCUMENTOS OFICIAIS DA ESCOLA PAROQUIAL PERPÉTUO SOCORRO

Resolução nº 4.478/87 de 20/11/1987 publicado no Diário Oficial em 27/11/1987 autorizando a criação de Classes Especiais para Deficientes Auditivos.

Resolução nº 4.617/87 de 08/12/1987 publicado no Diário Oficial em 14/12/1987 autorizando o funcionamento do Centro de Atendimento Especializado na Área da Surdez.

Resolução nº 4.946/92 de 18/12/1992 oficializando a fusão das Classes Especiais para Deficientes Auditivos.

DOCUMENTOS OFICIAIS DO COLÉGIO ESTADUAL WOLFF KLABIN

Resolução nº 3.636/13 de 08/01/2013 autorizando o funcionamento do Centro de Atendimento Especializado na Área da Surdez no Colégio Estadual Wolff Klabin.

Resolução nº 2.308/14 de 20/05/2014 revogando a nomenclatura de Centro de Atendimento Especializado na Área da Surdez para Sala de Recursos Multifuncional Área da Surdez.

ENTREVISTAS

Marily Aparecida Ferreira, 37 anos, concedido em 22/12/2016.

Vanda Romanowski do Nascimento, 54 anos, concedido em 08/12/2016.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**. Trad. Ivo Stormiolo. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Livia. **Deficiência e Igualdade**. Brasília: LetrasLivres e EdUnB, 2010.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LONGMAN, Liliane Vieira. **Memória de Surdos**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, editora Massangana, 2007.

MACHADO, Rosana Ribas. **Língua Brasileira de Sinais (Libras)**. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2011.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência Mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T.A. Queiroz/USP, 1984.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SILVA, Edson Armando; DENIPOTI, Cláudio; SANTOS, Francieli Lunelli. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em História I**. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2011.

SILVA, Edson Armando; DENIPOTI, Cláudio; SANTOS, Francieli Lunelli. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II**. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2011.

SANTOS, Francieli Lunelli; DENIPOTI, Cláudio. **Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso**. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2012.